



PARA A BAHIA SEGUIR EM FRENTE

COM UM NOVO BRASIL, UMA NOVA BAHIA

Depois de duas décadas de estagnação social e econômica, o Brasil voltou a crescer, com o governo do Presidente Lula. Medido em dólares, nosso PIB triplicou entre 2002 e 2009, passando de US\$ 504 bilhões para quase US\$ 1,6 trilhão. E este crescimento se fez sem os desequilíbrios e desigualdades do passado.

O comércio exterior brasileiro mais que triplicou entre 2002 e 2008, passando de 108 bilhões para 371 bilhões de dólares. Nossas exportações saltaram de 60 para quase 200 bilhões de dólares. As reservas internacionais do país aumentaram de 35 bilhões ao final de 2002 para mais de 250 bilhões de dólares em junho de 2010. A vulnerabilidade externa foi reduzida, caiu o risco Brasil e o país conseguiu o “grau de investimento”, isto é, passou a ser considerado uma economia segura para o investidor estrangeiro.

O crescimento se deu sem o retorno da inflação, que, desde 2004, permaneceu controlada em patamar inferior a 6% ao ano. A queda da inflação permitiu a redução gradual da taxa de juros o que, por sua vez, favoreceu a expansão do crédito, inclusive para os consumidores e empreendedores mais pobres, através do crédito consignado e do microcrédito.

O que é mais importante: a volta do crescimento se fez com a criação massiva de empregos, sobretudo, formais. Entre 2003 e maio de 2010, o país criou quase 10 milhões de postos com carteira assinada, o que contribuiu para reduzir o desemprego aberto nas principais regiões metropolitanas de 12,6% em 2002 para 7,3% em abril de 2010.

Graças ao aumento do emprego formal e da renda do trabalho, à valorização do salário mínimo e aos programas sociais, como o Bolsa Família, à ampliação do crédito e ao apoio à agricultura familiar, 20 milhões de brasileiros saíram da pobreza, 32 milhões ascenderam às classes médias e 10,6 milhões deixaram as favelas.

Essa aceleração da mobilidade social expandiu o mercado interno para bens de consumo e, associada à solidez de nosso sistema bancário e ao peso de nossas reservas, nos protegeu dos efeitos da crise mundial. Esse impacto foi proporcionalmente maior no Nordeste, o que possibilitou romper o ciclo de estagnação social e econômica que se arrastava há décadas, com efeitos positivos para a qualidade de vida da população nordestina, sobretudo a mais pobre.

UMA NOVA BAHIA COM O NOVO BRASIL

A Bahia viveu até recentemente a experiência de governos autoritários que se guiaram por um modelo econômico que não melhorou as condições de vida de grande parte da população. Poucos empregos foram criados. A renda não foi distribuída. O crescimento se traduziu em forte concentração econômica, setorial e espacial, agravada pela dependência crescente de incentivos fiscais para atração de empreendimentos que muitas vezes não se integraram às cadeias produtivas existentes. Com essa estratégia econômica equivocada, os governos passados deixaram duas grandes heranças malditas: uma infraestrutura logística arrasada e uma situação social de extrema gravidade.

Foi com a aliança Lula-Wagner que o quadro começou a mudar. Como no Governo Lula, a tônica do Governo Wagner foi usar o investimento público para transformar crescimento em desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que se iniciou a reconstrução e a ampliação da infraestrutura, lutou-se para que os baianos mais carentes tivessem acesso aos bens e serviços sociais que permitem uma vida melhor.

Foram importantes os avanços feitos, principalmente ao levarmos em conta a situação em que estava o Estado antes da eleição do Governador Jaques Wagner. Um estado dominado pelo analfabetismo, com a saúde abandonada, a segurança pública desaparelhada, um imenso débito social, com altas taxas de desemprego e abandono dos programas sociais. Um estado com uma malha rodoviária degradada e portos abandonados.

A mudança de cenário teve como força motriz o papel preponderante do investimento público, federal e estadual, na ampliação da oferta de serviços sociais básicos (construção de novos hospitais, programa de alfabetização de adultos, expansão dos serviços de segurança pública) e da infra-estrutura hídrica, urbana e logística (água para todos e saneamento básico, construção de habitações populares, recuperação da malha rodoviária, novos investimentos em infra-estrutura portuária, novo vetor ferroviário).

São esses investimentos públicos que estão no centro das mudanças na situação social da Bahia, com um novo modelo de desenvolvimento que está permitindo uma evolução dos principais indicadores sociais.

CRESCER REPARTINDO

O antigo modelo econômico levou à formação de algumas ilhas de prosperidade, sobretudo na região metropolitana de Salvador e em alguns centros urbanos médios, situados, principalmente, nas fronteiras do território baiano. Acrescente-se que o semi-árido, região que abriga quase metade da população da Bahia, pouco se beneficiou da expansão desses pólos econômicos.

A concentração espacial e setorial da economia deve ser enfrentada com políticas públicas que garantam o mínimo de equilíbrio entre regiões e entre diferentes atividades econômicas. Ao mesmo tempo, cabe ao Estado assegurar que o desenvolvimento também se faça com maior equidade social, assegurando a todos condições de acesso ao básico para existência com dignidade e às oportunidades abertas pela retomada do crescimento.

O Governo Wagner tem mobilizado recursos nacionais e estaduais para a realização desses objetivos. Em parceria com o governo federal, estão sendo abertos novos corredores de transporte, com destaque para a Ferrovia Oeste-Leste e o Porto Sul, em Ilhéus. Outras ações, como a implantação de novos equipamentos de saúde, educação e transporte em cidades médias reforçam a desconcentração. Hospitais estão sendo construídos ou reformados no interior, como nos casos de Irecê, Juazeiro, Santo Antônio de Jesus e Feira de Santana.

Tudo isso se faz cuidando dos investimentos industriais, que a Bahia atrai em quantidade crescente, em setores que vão da mineração à produção de energia eólica, da indústria química à produção de alimentos.

Uma síntese da excelente conjuntura econômica da Bahia não estará completa sem que se lembre do desempenho das atividades de construção civil e comércio. Por todo o estado, multiplicam-se os lançamentos de imóveis residenciais, que somados à expansão das obras públicas, agora acelerada, dará sustentação a este setor fundamental para a criação de emprego.

Nesses três últimos anos, o PIB baiano cresceu mais de 12%, apesar do impacto da crise internacional entre 2008 e 2009. Só no primeiro trimestre deste ano a taxa alcançou 9,5%, com expectativa para acima de 7% para o presente ano. Confirmada esta taxa, o crescimento médio anual durante o primeiro governo Wagner atingirá 4,5%. É essa ótima e sustentável performance que tem levado a Bahia a novos recordes na geração de empregos. Quase 230 mil empregos formais foram criados de janeiro de 2007 até maio de 2010.

REPARTIR PARA CONTINUAR CRESCENDO

Acompanhando o Brasil do Presidente Lula, a Bahia de Jaques Wagner também acumula avanços consistentes no campo social, apesar do quadro de pobreza que ainda persiste no nosso Estado.

Nossa missão é o resgate da dívida social acumulada nos governos passados, impulsionando a distribuição da riqueza, transformando os frutos do crescimento econômico em desenvolvimento para melhorar as condições de vida dos baianos.

A política social dos governos Lula e Wagner comprovou que não somente é possível reduzir aceleradamente a pobreza, como é também plausível eliminar no médio prazo a penúria extrema. Isso depende de vontade política e também da construção de políticas públicas capazes de apressar a ascensão social. Nesse sentido, são referências numa estratégia de inclusão social, o TOPA, que está alfabetizando 1 milhão de pessoas, e o Água para Todos, que já beneficiou 2,5 milhões de pessoas, ambos os maiores programas em curso no Brasil.

Faz parte de nossa estratégia a compreensão do papel central das políticas de transferência de renda para a economia do estado. Vale lembrar que o programa Bolsa Família atende mais de 1,6 milhão de famílias baianas, o que significa aproximadamente 6 milhões de pessoas em meio a uma população de 14 milhões.

As políticas de transferência de Renda como a Bolsa Família são ferramentas indispensáveis não apenas para o combate à pobreza extrema, mas também para a irrigação de baixo para cima de nossa economia e, sobretudo, para a emancipação política de grandes contingentes da população em relação ao poder das tradicionais oligarquias do estado.

Com Wagner e Otto, a Bahia continuará avançando, com a atração de novos investimentos, a modernização de infraestrutura logística, de energia e telecomunicações, com a expansão das redes estaduais de educação superior, tecnológica, pesquisa e inovação, com a sua reafirmação como uma dos principais destinos turísticos do país. Mas a Bahia também saberá avançar a passos mais largos na descentralização regional de nossa economia, na integração territorial e, principalmente, na inclusão social de amplas parcelas de nossa população.

AVANÇAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO

Para além dos avanços sociais e econômicos, o Governo Wagner tem se distinguido pelo progresso da democratização e da transparência na conduta do Estado. Ampliando as oportunidades para empresas participarem em licitação, estabelecendo o diálogo franco com os setores organizados da sociedade, dando acesso às contas públicas aos deputados estaduais e à população, através do Transparência Bahia, o Governo vem possibilitando o controle social sobre seus atos. Além disso, o governo radicalizou, na Bahia, o combate aos atos de corrupção.

Ao mesmo tempo, as relações entre o governo estadual e os municipais, assim como com os demais poderes, passaram a ser exercidas de forma democrática e republicana, com ética, respeito e independência.

DESENVOLVIMENTO COM DEMOCRACIA E INCLUSÃO SOCIAL

Nosso Programa está referenciado nas experiências inovadoras tanto do Governo Lula como dos primeiros 04 anos do Governo Wagner e se orienta pelas seguintes proposições:

- 1. Inclusão Social e Afirmação de Direitos**
- 2. Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura Logística**
- 3. Gestão Democrática do Estado**

A isso se agregam os “programas setoriais”, fundamentais na estruturação geral da nossa intervenção governamental. Ao mesmo tempo, se incorporam diversas diretivas transversais, necessárias à concretização de políticas públicas geradoras de cidadanias, a saber:

1. **Democratização**: compromisso na construção de instituições democráticas, republicanas e participativas, que aprofundem o diálogo entre o Estado e as várias instâncias da sociedade civil;

2. **Concertação quanto ao papel do Estado**, que deve ter o tamanho necessário para atender as necessidades e demandas da população, sobretudo no que concerne saúde, educação, segurança, habitação, defesa do meio

ambiente, abastecimento de água e saneamento;

3. **Implantação de um novo modelo de desenvolvimento**, que assegure o crescimento da economia com distribuição de renda e pressuponha a inclusão social e a sustentabilidade ambiental como forças dinamizadoras da economia;

4. **Defesa e ampliação das políticas sociais de abrangência universal**, que devem ser consideradas como direito e condição para o acesso dos mais carentes à plena cidadania.

Trata-se de produzir a síntese do projeto de desenvolvimento do estado, visando à sustentabilidade e tendo sempre como inspiração nossos compromissos históricos com uma sociedade justa, igualitária e democrática.

EIXO 1: INCLUSÃO SOCIAL E DE AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

As políticas sociais e a afirmação de direitos são parte intrínseca – e condição – do desenvolvimento. O acesso universal aos serviços públicos expressa o exercício de direitos por todos, mas a equidade implica o atendimento de grupos específicos, contrapondo-se as discriminações e preconceitos balizados pelo racismo, machismo e homofobia e a antiga visão de que “um só tipo de atendimento” seria garantia de universalidade.

EDUCAÇÃO

- Elevar a escolaridade e qualificação da população intensificando a participação e o controle social na gestão da Educação Pública Estadual;
- Consolidar o Programa Todos pela Alfabetização – TOPA, para superar os indicadores de analfabetismo que ainda perduram no Estado
- Expandir a Educação Profissionalizante, priorizando os estudantes egressos da escola pública e populações vulneráveis;
- Ampliar a oferta educacional em todos os níveis, da creche ao ensino superior;
- Fortalecer o ensino superior na Bahia com atração de novas universidades federais e valorização das universidades estaduais

SAÚDE

- Fortalecer e consolidar o SUS e o Programa Saúde da Família;
- Ampliar a rede estadual de saúde, com a expansão de unidades, equipamentos e serviços de alta e média complexidade;
- Expandir os serviços do SAMU 192 para mais regiões da Bahia;
- Ampliar os leitos normais e de UTI em todo Estado;
- Garantir a produção de medicamentos básicos para a rede dos SUS, através da Bahiafarma;

SEGURANÇA E DIREITOS HUMANOS

- Garantir a segurança da população abordando a temática de forma transversal e com a participação da sociedade, para reduzir os índices de criminalidade e violência;
- Consolidar a política de segurança pública, aprofundando as ações articuladas de prevenção e repressão,

dotando a polícia com tecnologia, equipamentos, viaturas e mais serviços de inteligência;

- Contratar mais policiais e garantir a valorização e qualificação dos agentes policiais para melhorar suas condições de trabalho e o desempenho de seu papel social;
- Instrumentalizar a ação policial para o enfrentamento ao crime organizado;
- Fortalecer o policiamento comunitário, através da expansão dos programas Ronda nos Bairros e, em parceria com o Governo Federal, do Pronasci;
- Manter ação permanente de combate às drogas, em especial o crack;
- Aumentar as vagas do sistema prisional, através de construção de novos presídios
- Ampliar o acesso dos cidadãos baianos às políticas de prevenção, proteção, defesa dos direitos de cidadania e acesso à justiça;

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Expandir os serviços de assistência social (proteção social básica e especial), para consolidar o SUAS na Bahia;
- Ampliar o atendimento do Bolsa Família como parte da estratégia nacional de redução da pobreza extrema;
- Articular com o Governo Federal e os municípios a expansão das políticas públicas de redução da pobreza e segurança alimentar.

HABITAÇÃO

- Ampliar o Programa Casa da Gente para reduzir o déficit habitacional da Bahia
- Aprofundar a parceria com o Governo Federal, através do Programa Minha Casa, Minha Vida
- Avançar na urbanização de assentamentos precários e regularização fundiária, para pessoas com renda de até três salários mínimos;

ÁGUA E SANEAMENTO

- Ampliar o Programa Água para Todos, para aumentar a cobertura de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado;
- Desenvolver práticas que reduzam os impactos ambientais de sistemas de esgotamento sanitário e de resíduos sólidos

AGRICULTURA FAMILIAR

- Diminuir as desigualdades territoriais, promovendo políticas que aumentem a renda dos produtores da Agricultura família;
- Dinamizar as de crédito, comercialização, proteção da produção e assistência técnica;
 - Viabilizar o acesso de tecnologia de produção aos agricultores familiares;

CULTURA

- Incentivar a cultura com uma perspectiva transversal, compreendendo os diferentes âmbitos da gestão pública;
- Reconhecimento do direito fundamental à cultura por parte de todas as camadas da população baiana, promovendo a descentralização municipal e territorial;
- Expansão do programa de revitalização dos patrimônios históricos da Bahia, com ênfase na revitalização do Centro Antigo de Salvador e das cidades históricas da Bahia;

ESPORTE E LAZER, COPA 2014 E OLIMPÍADAS

- Preparar o Estado para a Copa 2014 e às Olimpíadas 2016;
- Promover e criar áreas de lazer e esporte no Estado
- Incentivar as práticas de esporte amador e profissional;
- Assegurar aos jovens de políticas acesso às atividades esportivas, como inclusão social;

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

- Ampliar o suporte aos micros empreendedores, cooperativas e empreendimentos solidários, facilitando o acesso ao microcrédito, assistência técnica;
- Intensificar o apoio à comercialização e gestão de negócios fortalecendo as cadeias produtivas;
- Reforçar a política de qualificação e intermediação de mão de obra;
- Garantir do direito ao trabalho decente no Estado da Bahia, independente de raça, gênero e geração.

JUVENTUDE

- Respeito às diversidades e especificidades da juventude baiana;
- Transversalidade e integração de programas e projetos que envolvem a temática juvenil;

PROMOÇÃO DA IGUALDADE

- Promover políticas afirmativas que se contraponham a todas formas de preconceito e que reconheçam e respeitem as diferenças e diversidades de condições e opções reinantes na sociedade;
- Combater a discriminação racial, a intolerância religiosa e as desigualdades sustentadas historicamente na exclusão racial e social;
- Aprofundar a autonomia econômica, política e social das mulheres, inclusive através do acesso ao mercado de trabalho qualificado;
- Garantir direitos e combater a violência e a discriminação homofóbicas;
- Acessibilidade como eixo fundamental da equidade de direitos para as pessoas com deficiência;
- Fortalecer as políticas públicas condizentes com as necessidades específicas dos Povos Indígenas;
- Viabilizar formas de convívio, participação e ocupação do idoso, propiciando sua integração às demais gerações;

EIXO 2: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

O Desenvolvimento que defendemos visa assegurar à sociedade as condições de expandir e empreender suas atividades de forma a gerar riqueza com um viés sustentável. Integram este eixo as áreas de mobilidade, turismo, serviços, indústria, comércio, agronegócio e pecuária, meio ambiente, ciência e tecnologia, entre outras.

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Intensificar as ações para consolidar e modernizar os equipamentos de infraestrutura e logística do Estado, como elemento de integração territorial e de desenvolvimento econômico, a exemplo do Porto Sul e da Ferrovia Oeste-Leste.
- Continuar a recuperação da malha rodoviária, e assegurar investimentos nos portos, nos aeroportos, na hidrovía do São Francisco, em parceria com o Governo Federal e o Setor Privado.
- Incentivar a criação de centrais de logística

POLÍTICA INDUSTRIAL E COMERCIAL

- Aprofundar as políticas de atração de empreendimentos, promovendo o adensamento das cadeias produtivas existentes e estimulando a criação de novas;
- Ampliar o incentivo à mineração e à indústria naval
- Fortalecer e expandir os distritos industriais
- Fortalecer as pequenas e médias empresas, aumentando sua competitividade na indústria, no comércio e nos serviços, através do estímulo e apoio ao empreendedorismo.

TURISMO

- Consolidar e ampliar a imagem da Bahia como um Estado moderno, diversificado culturalmente, hospitaleiro e competitivo nacional e internacionalmente;
- Intensificar os investimentos em qualidade dos produtos e serviços turísticos oferecidos aos visitantes;

AGRICULTURA EMPRESARIAL

- Dar o suporte necessário ao desenvolvimento do agronegócio (grãos, frutas, celulose, pecuária, algodão, etc), disponibilizando infraestrutura e logística de escoamento da produção;
- Consolidar a expansão de mercados, estimulando a produção saudável e de qualidade.

MEIO AMBIENTE

- Aprofundar e integrar as políticas de meio ambiente de forma a assegurar as condições para o desenvolvimento com sustentabilidade;
- Avançar na defesa da biodiversidade e dos recursos hídricos;

- Implantar o Zoneamento Econômico Ecológico, para dar segurança jurídica aos projetos e garantir o equilíbrio ambiental.

CT&I BASE PARA O DESENVOLVIMENTO

- Fortalecer o Sistema de CT&I para o desenvolvimento sustentável do Estado, com a consolidação do Parque Tecnológico e atração de empresas;
- Aperfeiçoar e ampliar os programas de inclusão sócio-digital e das APLs;

EIXO 3: GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO

Participação cidadã e controle social são demandas das sociedades democráticas, características reconhecidas do Estado de Direito e inscritas como princípios constitucionais no Brasil, além de serem marcas reconhecidas das propostas e gestões governamentais progressistas.

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

- Consolidar e aprofundar as ações de valorização e profissionalização dos servidores públicos;
- Garantir serviços de qualidade para a população, através de uma gestão moderna, eficaz e austera.

CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

- Expandir os mecanismos de participação e diálogo social, possibilitando que a sociedade contribua na formulação e acompanhamento das ações governamentais;
- Fortalecer o Programa de Transparência, assegurando que a população acompanhe os gastos públicos e ações de governo;

PLANEJAMENTO

- Fortalecer a cultura do planejamento estratégico de longo prazo na ação governamental;
- Consolidar os Territórios de Identidade como unidade de planejamento das políticas públicas;

INTEGRAÇÃO TERRITORIAL

- Modernizar os instrumentos institucionais e jurídicos, a fim de ajustar a máquina do Estado à política territorial;
- Incentivar ações intersetoriais e transversais nos Territórios de Identidade, inspiradas no modelo dos Territórios de Cidadania do Governo Federal;
- Aprofundar o atual processo de desenvolvimento integrado do semi-árido, com cidadania e inclusão social;
- Estimular os municípios para estabelecerem consórcios para a gestão compartilhada de temas comuns.



GOVERNADOR
WAGNER 13
VICE OTTO ALENCAR